ANPEGE

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

SEÇÃO TEMÁTICA

GEOGRAFIAS NEGRAS



REVISTA DA ANPEGE

ISSN 1679-768X

VOLUME 19

N. 38 (2023)

ANPEGE 30 ANOS

DOI: 10.5418/ra2023.v19i38.15703

REVISTA DA ANPEGE | v. 19 nº. 38 (2023) | e-issn: 1679-768x

AS TEMÁTICAS INTERSECCIONAIS NAS PESQUISAS SOBRE O ENSINO DE GEOGRAFIA NO BRASIL: AVANÇOS E AUSÊNCIAS

Intersectional themes in reserarch on the teaching of Geography in Brazil: advances and absences

Thèmes intersectionnels dans la recherche sur l'enseignement de la Géographie au Brésil: avancées et absences

LORENA FRANCISCO DE SOUZA

Universidade Federal de Goiás (UFG)

Resumo: Este artigo refere-se à análise sobre pesquisas no campo do ensino de Geografia a partir do levantamento de informações em sítios das IES brasileiras que possuem programas de pós-graduação *stricto sensu* em Geografia. Tal análise foi feita durante estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Goiás (UFG), defendendo o princípio de cidadania e a atenção à realidade social de grupos subalternizados por seu pertencimento étnico, racial, de gênero e de sexualidade no ensino básico e nas pesquisas sobre o ensino de Geografia. Compreendemos a importância das temáticas interseccionais na formação de professores de Geografia e na Geografia escolar, portanto, realizamos um levantamento sobre as pesquisas na área do ensino de Geografia que versam sobre questões raciais, de gênero e sexualidades no período de 2010 a 2018 em programas de mestrado e doutorado em Geografia. Procuramos tratar dos avanços e das ausências de pesquisas voltadas para a valorização das diferenças e superação das desigualdades sociais, de gênero, raça e sexualidades a partir do ensino de Geografia, mesmo sendo fundamentais para a efetivação de justiça social.

Palavras-chave: ensino de Geografia, pesquisa, perspectiva interseccional, PPGG.

Abstract: This article refers to the analysis about the research in the field of teaching Geography on websites of Brazilian universities that have *stricto sensu* programs in Geography. This analysis carried out during a post-doctoral internship, at the Universidade Federal de Goiás, defending the principle of citizenship and attention to social reality of groups subordinated by their ethnic, racial, gender and sexuality in basic education and in research on the teaching Geography. We understand the importance of intersectional themes in geography teacher training and in the school geography, therefore, we carried out a survey on the research in the area of teaching geography that deal with racial, gender and sexual issues in the period of 2010 to 2018 in Master's and Doctoral programs in Geography. We seek to address the advances and absences of research aimed at valuing differences and overcoming social, gender, race and sexualities from the teaching of geography, even though they are fundamental for the realization of social justice.

Key-words: geography teaching, research, intersectional perspective, PPGG.

Resumé: Cet article fait référence à l'analyse des recherches dans le domaine de l'enseignement, à partir de l'enquête des informations sur les sites des universités brésiliennes qu'ont des programmes d'études supérieures en Géographie. Cet avis a été éfféctuée lors d'un stage post-doctoral, à l'Universidade Federal de Goiás, en défensant du principe de citoyenneté et de l'attention à la réalité sociale de groupes subordonnés par leur ethnie, leur race, leur sexe et leur sexualité en éducation à l'écoles elementaires, aux collèges et aux lycées et en recherche sur l'enseignement de la Géographie. Nous comprenons l'importance des thèmes intersectionnels dans la formation des enseignants de géographie, et dans la géographie scolaire, nous avons donc réalisé une enquête sur les les recherches dans le domaine de l'enseignement de la géographie qui traitent des questions raciales, de genre et sexuelles dans la période de 2010 à 2018 dans les programmes de maîtrise et de doctorat en géographie. Nous cherchons à aborder les avancées et les absences de la recherche visant à valoriser les différences et à surmonter les problèmes sociaux, de genre, de race et les sexualités de l'enseignement de la géographie, alors même qu'elles sont fondamentales pour la réalisation de la justice sociale.

Mots-clé: enseignement de la géographie, recherche, perspective intersectionnelle, PPGG.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem o objetivo de apresentar um breve panorama sobre a inserção das temáticas de raça, gênero e sexualidades referenciadas em pesquisas sobre o ensino de Geografia, a partir do levantamento de informações em sítios das IES brasileiras que possuem programas de pós-graduação *stricto sensu* em Geografia. O recorte temporal deste levantamento refere-se ao período de 2010 a 2018 e os programas consultados abarcam aqueles que oferecem o mestrado e o doutorado em Geografia, sendo esses programas já consolidados nas universidades que os abrigam e ocupam notas de 4 a 7 a partir da avaliação da CAPES (2013-2016). Consideramos que o aumento do número de teses e dissertações que compreendem a questão racial, gênero e sexualidades são importantes elementos para ensinar Geografia e para a formação inicial de professores e professoras de Geografia, fortalecendo o reconhecimento da perspectiva interseccional na análise espacial e na leitura de espacialidades. Reforçamos nosso interesse em discutir a formação de professores/as de Geografia que defenda uma cidadania ativa para alunos/as e professores/as como um dos princípios do ensinar Geografia. De acordo com Souza e Cavalcanti (2014), ensinar Geografia está muito além de induzir à memorização de informações e reproduzir conteúdos geográficos distantes da realidade dos/as alunos/as, ele precisa promover a cidadania.

A promoção dessa cidadania, para além da concepção política de direito ao voto, está relacionada a uma conscientização sobre a participação na vida coletiva, no respeito à diversidade, emancipação social e empoderamento. Entendemos que a construção de práticas cidadãs é coerente com o respeito às diferenças e ao entendimento de que a sociedade é composta por sujeitos diversos que carregam identidades raciais, de gênero, sexualidades, geracionais e de classe que interferem na maneira como vivenciam o espaço e se situam no mundo.

Em nossa trajetória no âmbito da pesquisa, tratamos da compreensão das relações de gênero e raça na Região Metropolitana de Goiânia, capital do Estado de Goiás, a partir de recortes distintos, sendo o tratamento da relação entre gênero, raça e espaço (Souza, 2007), bem como dos processos migratórios que envolvem africanos e africanas na busca pela qualificação da força de trabalho e das relações raciais nas universidades e vivências de tais sujeitos (Souza, 2014). Esses olhares teóricos a partir da ciência geográfica vêm ao encontro do nosso interesse em repensar e reposicionar a Geografia com temas e metodologias que façam crítica à lógica colonial de saber a partir da universalidade do sujeito. A produção do conhecimento atravessa corporeidades, afetos, identificação de quem fala e de onde fala.

Como mencionam Souza *et al.* (2020), emergem discussões e produções sobre a presença de discursos racializados na história do pensamento geográfico, na teoria, epistemologia e em propostas de método e metodologias para ensino e pesquisa na

Geografia. A dimensão racial do espaço se configura como uma emergente produção teórico-política da Geografia na segunda década dos anos 2000, embora possamos observar menções a uma geografia das relações raciais ainda nos anos 1980 e 1990 apresentada por pesquisadores/as de outras áreas (Sodré, 1988, citado por Souza *et al.*, 2020; Rolnik, 1989, citado por Souza *et al.*, 2020).

Quando referenciamos a produção de geógrafos/as negros/as sobre uma abordagem racial e interseccionada, precisamos lembrar que o termo Geografias Negras já é difundido no mundo anglófono (Mckittrick, 2006; Mckittrick e Woods, 2007, citado por Souza *et al.*, 2020), tendo uma produção e debate consolidados desde os anos 2000. As redes entre pesquisadores/as brasileiros/as e estadunidenses reforçam esse diálogo e a confirmação de um campo epistemológico para a ciência geográfica (Souza *et al.*, 2020).

Uma vez que a temática já se apresenta em discussões anteriores (Cirqueira e Correa, 2014), do ponto de vista da inserção da temática racial na Geografia brasileira, focaremos na maneira como nos últimos anos têm aparecido estudos e pesquisas com recorte racial e interseccional na área do ensino e da formação de professores e professoras de Geografia.

O protagonismo da questão racial na educação: movimento negro educador

Nas décadas de 1960 e 1970, vigorou uma perspectiva crítica da educação a partir daqueles que defendiam a democratização do ensino e por uma educação libertadora, se contrapondo a um modelo elitista e burguês na educação. No entanto, ainda não era possível perceber a questão racial como um fator estruturante de desigualdades e discriminações nesse campo, prevalecendo o discurso e a militância por uma educação engajada na luta dos/as trabalhadores/as do ensino e no acesso da classe trabalhadora à educação formal.

Tal perspectiva crítica da educação ampliou as possibilidades de percepção sobre os mecanismos de (re)produção das desigualdades sociais e da estratificação de classes na educação, além do papel da ideologia nesse processo. Mas, de acordo com Figueiredo (2010), no que se refere à legislação educacional, não houve uma efetiva absorção dessa perspectiva na elaboração e implementação das leis da educação. As políticas educacionais no Brasil, nos anos 1980, trouxeram preocupações quanto ao processo de democratização do ensino, do acesso e permanência da classe desfavorecida, incluindo os negros, na escola pública. Na LDB 9.394/96, a questão racial esteve restrita a algumas intervenções no Senado não aceitas por serem consideradas desnecessárias numa lei que visava, já nesse período, uma base nacional comum para a educação. No entanto, houve um avanço significativo no reconhecimento da existência do racismo e na valorização da diversidade cultural com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's).

Na política educacional brasileira, a questão racial, a história e a cultura negra foram finalmente referenciadas a partir da sanção da Lei 10.639/03 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A lei alterou a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 nos seus artigos 26 e 79, tornando obrigatório o ensino da "História e Cultura Afro-Brasileira" no Ensino Fundamental e Médio nos sistemas públicos e privados de todo o País (Figueiredo, 2010). Podemos afirmar que a implementação da Lei 10.639/03 representa um marco para a realização de pesquisas e discussões sobre a incipiente formação de professores/as sobre a diversidade, as diferenças e os conflitos raciais próprios da realidade brasileira.

Anteriormente à implementação da Lei, vivenciamos no Brasil desde a década de 1970 o fortalecimento dos movimentos sociais negros no âmbito acadêmico. As universidades brasileiras passam a trazer em seu cerne as reivindicações orientadas pelos movimentos sociais de outros espaços e instituições e, concomitantemente, intensificam a pesquisa e o ensino sobre as relações étnico-raciais e a diversidade. Apontamos que a presença de professores/as e estudantes negros/as na universidade tem representado uma possibilidade de inserção da temática racial no currículo dos cursos de licenciatura, a organização coletiva na reivindicação de ações afirmativas com recorte racial, bem como no questionamento sobre as práticas pedagógicas e as orientações curriculares no ensino básico nas escolas. É preciso salientar que estas organizações coletivas no âmbito acadêmico desencadearam importantes grupos de trabalho e estudos na construção de uma epistemologia negra no universo acadêmico. Tal epistemologia versa-se sobre o construto teórico, metodológico e político a partir da identidade negra no campo do saber e da produção do conhecimento. Como salienta Figueiredo (2020), o aumento do ingresso de negros/as nas universidades contribuiu significativamente para a formação de coletivos negros que estreitaram laços e alianças com os movimentos sociais negros.

A partir da década de 1980, foram realizados os primeiros encontros de estudantes, docentes e pesquisadores negros/as em universidades brasileiras. Somente nos anos 2000, foi realizado o I Congresso Nacional de Pesquisadores/as Negros/as, importante marco para a sistematização das políticas de ação afirmativa nas universidades públicas. Como pautas fundamentais estabelecidas pela plenária, elencou-se o advento da proposição da Lei 10.639/03 para o ensino das relações étnico-raciais, história da África e cultura afro-brasileira nas escolas, a participação política das mulheres negras, o combate ao racismo no âmbito acadêmico, não somente do ponto de vista das práticas racistas no cotidiano acadêmico, mas também no combate ao epistemicídio que acomete intelectuais negros/as que produzem pesquisas, projetos de ensino e extensão a partir da temática étnico-racial e pensamento interseccional.

No ano 2000, foi fundada a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) com o objetivo de defender e difundir a pesquisa acadêmico-científica realizada por pesquisadores/as negros/as e aliados/as brancos/as sobre temas de interesse das populações negras no Brasil e de temas pertinentes à construção da produção científica a partir da temática racial e pensamento interseccional em todas as áreas do conhecimento. A ABPN realizou, nesse período, o I Congresso de Pesquisadores/as Negros/as, com

a presença de graduandos/as, pós-graduandos/as, docentes e pesquisadores/as que, posteriormente, consolidaram e criaram os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs).

Ratts (2009) afirma que movimentos sociais negros de base acadêmica são ações organizadas de docentes e discentes, técnicos administrativos, que se afirmam negros/as no espaço acadêmico e, na contemporaneidade, constituem grupos de atuação como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) e os Coletivos de Estudantes Negros/as. A partir de 1980 são criados em várias universidades Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, coordenados por professores/as e pesquisadores/as negros/as e brancos/as com o objetivo de fomentar os estudos e pesquisas sobre a temática racial no País e alimentar o debate sobre as políticas educacionais para a diversidade, as ações afirmativas e o combate ao racismo epistêmico. Para esse autor, os NEABs se constituíram como territórios negros no espaço acadêmico, fomentando a existência de grupos de estudo, ensino, pesquisa e extensão articulados ao propósito de promover a educação das relações étnico-raciais em todos os níveis de ensino e articular ações que pudessem atingir os alunos/as negros/as recém-ingressos pelos sistemas de cotas raciais.

Alguns/umas pesquisadores/as dos NEABs, concentrados/as na área das Humanidades, tornaram-se importantes referências no campo dos estudos das relações raciais, muitas vezes abordados na perspectiva interseccional, enfatizando análises a partir das variáveis classe, gênero e outras. O envolvimento com o movimento negro foi bastante amplo para alguns/umas acadêmicos/as. Os questionamentos diante da sociedade, a esquerda enquanto campo político/ideológico, os movimentos sociais de classe e de gênero e o próprio movimento negro possibilitaram novos sentidos ao fazer político social, racial e/ou de gênero. Como afirma Gomes (2017), a sociedade brasileira deve aos movimentos sociais negros a inserção das discussões sobre raça, racismo, ações afirmativas, educação das relações étnico-raciais e outros elementos alusivos às relações raciais, nas escolas e outras instituições de ensino, afirmando seu caráter como movimento negro educador (Gomes, 2017).

A temática racial na pesquisa sobre o ensino de Geografia e formação de professores/as de Geografia

Diante de uma clássica afirmação de que a Geografia é a disciplina do poder (Raffestin, 1993), caminhamos para a afirmação de que realizar uma análise crítica e disputar as bases epistemológicas da Geografia considerada hegemônica é questionar esse "poder" do fazer geográfico, é problematizar os processos de dominação, universalidade do sujeito e apagamento racial nas abordagens geográficas. Portanto, ao apresentarmos uma perspectiva antirracista para o conhecimento geográfico, validamos as experiências negras no espaço e na construção do pensamento geográfico que, ainda, se afirma, em muitos contextos, na "neutralidade" ou "objetividade" do fazer científico.

Como afirmamos em trabalho anterior, a Geografia, do ponto de vista de sua intencionalidade como disciplina escolar, está ancorada no dever de realizar uma leitura da realidade a partir da espacialidade e essa ação precisa estar alinhada ao reconhecimento

Revista da Anpege | v. 19 nº. 38 (2023) | e-issn: 1679-768x

das diferenças sobre as relações sociais imbuídas no espaço geográfico (Souza e Reis, 2020). Segundo a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), a Geografia, como uma ciência humana e social, tem o desafio de apresentar aos/às alunos/as habilidades para "reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos" (Brasil, 2017, p. 558).

Tal reconhecimento e combate perpassam por inserir temáticas da diferença na leitura das espacialidades, nas relações sociais nos mais diversos lugares e recortes escalares. As dimensões espaciais do gênero, da raça, da classe, da etnia e de outros marcadores da diferença estão presentes no cotidiano das pessoas e podem fazer parte da prática docente de professores/as de Geografia, pois consideramos que qualquer conteúdo geográfico pode ser "racializado" (Souza e MACHADO, 2022). Para que isso seja possível no espaço escolar, a Geografia precisa estar munida de estratégias didático-pedagógicas sensibilizadoras para a percepção das hierarquias raciais como elementos presentes nas relações sociais e na produção e reprodução do espaço ao longo da história da formação do território brasileiro.

As possibilidades de pesquisas na Geografia que versam sobre a compreensão das dimensões espaciais do gênero e raça são apresentadas por Cirqueira e Correa (2014) ao fazerem um levantamento das dissertações e teses sobre a questão étnico-racial, em especial sobre a população negra, produzidas nos programas de pós-graduação em Geografia no Brasil até o ano de 2012. Os autores destacaram quatro grandes grupos temáticos desses trabalhos, sendo "Espaço e relações étnico-raciais", "Identidades e territorialidades negras", "Geopolítica dos países africanos" e "Território e lugar nas manifestações culturais negras", o que reflete a produção do discurso geográfico quando referente à questão racial. As teses e dissertações, portanto, sugerem que "os programas de pós-graduação são um termômetro que indica a aceitação de um tema e como ele é abordado teoricamente pela *intelligentsia* geográfica" (2014, p. 34).

Para Silva e Souza (2021), é importante destacar que predomina um "colonialismo" ou uma geopolítica concentrada nos cursos de pós-graduação mais antigos e conceituados na Geografia brasileira em que algumas temáticas ainda não possuem adesão. Por certo, nos parece que os programas localizados numa centralidade econômica e política reproduzem ainda um ensino e pesquisa que

> priorizam os mesmos autores, os que publicam em grandes editoras e revistas renomadas de acordo com sua Qualis, temas, conceitos e teorias. Deste modo, as análises sobre a expansão e consolidação dos cursos de pós-graduação em geografia convergem no que diz respeito à manutenção do seu perfil. [...] Mesmo que haja uma concentração regional tradicional no que tange às instituições, quando observamos os PPG [Programas de Pós-Graduação] vinculados à divulgação de racialidades na geografia, vemos que são os considerados periféricos, pois possuem uma maior flexibilidade no que diz respeito à emergência de temas e referências dissidentes na geografia, se comparados a programas considerados excelentes ou tradicionais. (2021, p. 11).

Essa assertiva nos conduz ao questionamento sobre a ausência da temática racial, de gênero e sexualidades[1] numa perspectiva geográfica. Mesmo que compreendamos as especificidades teóricas para a condução de uma análise interseccional, acreditamos na possibilidade de potência teórico-política da Geografia no que se refere à leitura de mundo pelo olhar de sujeitos em realidades plurais, com identidades heterogêneas que refletem o seu estar e pensar no/sobre o mundo.

Defendo a inserção da temática racial e de outros marcadores interseccionais na Geografia, sobretudo no ensino e na pesquisa sobre o ensino da Geografia e da formação de professores/as voltados para a valorização das diferenças e superação das desigualdades sociais, de gênero e raça e da construção da cidadania a partir do ensino de Geografia que evidencie a importância de conteúdos de relevância social (Cavalcanti, 2019). Como afirma Cavalcanti (2019, p.11), "a Geografia serve para pensar, ela ajuda a pensar, no ensino se ensina a pensar pela Geografia", portanto, "que Geografia ajuda a pensar?". Podemos, assim, reforçar que apreender fenômenos e fatos pela Geografia é instituir um olhar sobre estas coisas que têm inserção no cotidiano das pessoas, interferindo na sua formação humana, social e política e potencializando práticas cidadãs. Ainda ancorada pela autora, reforçamos que "fazer e conhecer Geografia é um modo de ser e, também, de se conhecer como pessoa, como cidadão, como sujeito social. É uma maneira de atuar na vida" (p. 15).

Atualmente vemos afirmações sobre a importância da discussão sobre as diferenças no contexto escolar, as mudanças provocadas pelo movimento negro educador a esse respeito ao questionar o papel da escola no combate ao racismo e às discriminações, no entanto, essa constatação se restringe ainda ao campo da epistemologia da Pedagogia ou da Educação num sentido ampliado. Mesmo que já na década de 1990 a Geografia pensada a partir do ensino e da formação de professores/as preocupava-se com a efetivação de um viés crítico, preocupado com a superação de dualidades e dicotomias teórico-metodológicas, prevalecia um crescimento de pesquisas voltadas para o ensino e aprendizagem alicerçadas na Educação e na Didática (Cavalcanti, 2019). Certamente, foi um período importante para atender demandas coletivas de investigação sobre o trabalho de professores/as de Geografia, orientações para a prática docente e a Didática específica para o ensino de Geografia, consolidando nas universidades uma área do ensino para a produção de conhecimento e estudos.

É importante mencionar que em levantamento feito por Cavalcanti (2016, 2010), houve também, junto ao aumento de pesquisas sobre o ensino de Geografia, um processo de reconhecimento da relevância social da pesquisa no ensino de Geografia pela comunidade geográfica acadêmica. Segundo Pereira (2000), a clássica dicotomia entre ensino e pesquisa fomentou o descaso com a atividade de ensino nas universidades brasileiras quando comparadas ao tratamento dado à pesquisa, difundindo uma representação social de que a pesquisa é o trabalho por excelência do cientista, reservada a

1 Embora tenhamos feito um levantamento das pesquisas que inserem gênero e sexualidade no ensino de Geografia, o foco deste artigo está no tratamento da temática étnico-racial nestas pesquisas, uma vez que temos nos debruçado sobre essa discussão há mais tempo.

alguns/mas escolhidos/as. Nesse sentido, ainda hoje é necessário acrescentar a importância da pesquisa para o ensino, compreendendo a relação dialógica entre produção do conhecimento e socialização do conhecimento. Defender a formação do/a professora/a investigador/a é fomentar a articulação entre pesquisa e ensino, teoria e prática pedagógica, reflexão e ação didática, entre o pensar e o fazer.

Se o conhecimento é situado no tempo e no espaço, a produção científica também responde a demandas situadas a partir de leituras de mundo dos sujeitos que a fazem. As pesquisas sobre o ensino de Geografia, ao longo dos anos, fortaleceram a perspectiva de ensinar conteúdos a partir do reconhecimento dos/as alunos/as como sujeitos socioculturais, ativos/as no processo de construção do conhecimento, mediados pelo trabalho dos/as professores/as.

A Geografia escolar contemporânea tem o desafio de se conectar com as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais do século vigente, o que significa estar também atenta às demandas sociais, à construção e fortalecimento das identidades, à leitura interseccional[2] da realidade. Infelizmente, ainda estão presentes no espaço escolar práticas que reduzem o exercício intelectual dos/as jovens escolares, condicionando-os à repetição de informações e explicações conduzidas pelos/as professores/as. Deparamos com práticas docentes ainda voltadas para o princípio da explicação, da utilização do mapa como ilustração, da não contextualização dos conteúdos ministrados, da improvisação do planejamento de aulas e da relação formal entre professores/as e alunos/as (Cavalcanti, 2019).

Para o rompimento desse ciclo, é fundamental que vejamos a importância da problematização, do questionamento da realidade em confronto com outras situações em diferentes dimensões escalares, da valorização dos conhecimentos prévios dos/as jovens e da escuta sobre temas que os/as afligem ou que eles/as têm interesse em estudar, objetivando a construção de um pensamento geográfico sobre o tema. Concordamos com hooks[3] (2013) – mencionando seu propósito de seguir uma educação feminista – quando afirma que uma educação para a consciência crítica pressupõe que o conhecimento e o pensamento crítico na sala de aula devam informar nossos hábitos de ser e modos de viver fora da escola. Se o que é estudado na escola faz sentido para a vida destes/as jovens, as possibilidades de construção de práticas cidadãs, de respeito às diferenças, de combate ao racismo e discriminações passam a fazer parte da agenda pedagógica das instituições escolares.

Souza e Cavalcanti (2014) fazem uma defesa ao papel da escola na viabilização do exercício da cidadania, uma vez que não há garantias formais para sua efetivação, mas sim a constância de movimentos sociais promotores de discussão e pautas dos

2 A interseccionalidade corresponde a uma espécie de "filtro" que nos permite pensar nos marcadores das diferenças como pressupostos para condições de violência, discriminações combinadas e racismo (CRENSHAW, 2002). Ela surge da crítica feminista negra à discriminação em que mulheres negras são vítimas do racismo patriarcal, dando "instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado" (Akotirene, 2018, p. 14).

3 A grafia desta autora encontra-se em letra minúscula, pois refere-se a uma decisão política da própria autora.

mais diversos grupos sociais que chegam até o espaço escolar, fomentando o debate e a superação das opressões. Assim,

> pode-se atribuir à escola a responsabilidade direta e indireta com a cidadania. Direta, quando ela possibilita às pessoas a construção do conhecimento e a tomada de uma consciência crítica sobre a realidade. Indireta, quando se crê que o saber e a consciência crítica possibilitam outras práticas capazes de mudar a realidade. (2014, p. 6).

Para a efetivação desta tarefa de promoção da cidadania, é preciso que haja importante estratégia de formação de professores/as em que os conteúdos geográficos atuem como mediadores no processo de desenvolvimento da criticidade e análise da realidade social vivenciada por todos/as, os direitos sociais e políticos das comunidades e grupos sociais marginalizados, direito à mobilidade urbana e aos espaços da cidade, por exemplo. Também compreendemos, em consonância com Souza e Cavalcanti (2014), que a cidade enquanto lugar de culturas possibilita a compreensão da cidadania a partir do "direito a ter direitos, que cria direitos no cotidiano, na prática da vida coletiva e pública" (2014, p. 4). Portanto, reconhecemos a importância do estudo da cidade no âmbito dos movimentos sociais frente às reivindicações por direitos equânimes e o respeito à construção de suas identidades e políticas. A atuação cidadã na escola, a partir do ensino de Geografia, é uma importante premissa para a construção da criticidade e do respeito às diferenças pelos/as jovens escolares.

No que se refere à promoção da cidadania das pessoas negras, mulheres e comunidade LGBTQIA+, a implementação de políticas públicas educacionais que orientem a inserção de práticas pedagógicas que possam gerar mudanças significativas no entendimento sobre as diferenças de gênero e sexualidades, as relações étnico-raciais no Brasil, sobretudo a partir de uma dimensão geográfica que considere o tratamento das diferenças como um dos pilares para uma prática social cidadã.

Os Programas de Pós-Graduação em Geografia e as pesquisas sobre o ensino de Geografia: o cenário de ausências do olhar interseccional

De acordo com Lencioni (2013), os programas de pós-graduação em Geografia têm atingido um número expressivo, distribuídos ao longo de todo o território brasileiro. O aumento do número de mestrados e doutorados concluídos representa um importante movimento da consolidação da pesquisa em Geografia e a fundamental atuação da CAPES (Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior), que avalia a qualidade e a existência de critérios equivalentes a todos os programas em todo o território.

O processo de avaliação dos programas é um mecanismo de regulação que pode determinar a sua permanência ou o seu fechamento. Por outro lado, eles possuem autonomia para a elaboração de suas linhas de pesquisa, o que nos leva a pensar na ausência de algumas discussões e temáticas nesta definição de linhas e investigações. Salienta Lencioni (2013) que, "aí, valorizam-se temas, enquanto que outros encontram

Revista da Anpege | v. 19 nº. 38 (2023) | e-issn: 1679-768x

ostracismo. Isso não se dá ao acaso, tem sentido e é coletivamente produzido. No entanto, muitas vezes presencia-se a inconsciência dos porquês" (2013, p. 7).

Ao contextualizar a pesquisa sobre ensino em Programas de Pós-Graduação em Geografia no Brasil, Cavalcanti (2016) apresenta que ela teve pouca demonstração nos anos 1970 e 1980, e elevada expressão nos anos 1990 e 2000, concentrada na Região Sudeste, sobretudo na Universidade de São Paulo. Na Região Norte, até 2013, não havia nenhum doutorado em Geografia. Somente em 2016 iniciaram programa de doutorado sediado na Universidade Federal do Pará (UFPA) e outro na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Dos 31 cursos de mestrado e doutorado em Geografia, apenas dois situam-se na Região Norte, cinco, na Região Centro-Oeste, e seis localizam-se na Região Nordeste. Os 18 cursos prevalecem nas regiões Sudeste e Sul, conforme representado na Figura 1.

De acordo com Cavalcanti (2016), há 17 programas com linhas de pesquisa para o ensino de Geografia, sendo que oito deles são cursos mais antigos e consolidados. Intentamos apresentar este cenário de avanço sobre o número de pesquisas que convergem para o ensino de Geografia e a formação de professores/as de Geografia, embora saibamos que ainda se trata de uma linha com repercussão menor que outras áreas, o que parece indicar a desvalorização da profissão docente em vários contextos e realidades, embora os cursos de licenciatura em Geografia ainda sejam significativamente maiores, no sentido quantitativo, do que os cursos de bacharelado. Inclusive há situações em que universidades que oferecem apenas o curso de licenciatura em Geografia tenham programas de pós-graduação em linhas de pesquisa que não contemplam a área do ensino, o que, a nosso ver, reforça a dicotomia entre ensino e pesquisa ou pouco evidencia a importância de temáticas relacionadas à área do ensino, mesmo que apresentem pesquisas que perpassem e partam dessa área e da formação de professores/as. A institucionalização de uma linha de pesquisa em ensino e formação de professores/as é condição primária para o fortalecimento da produção do conhecimento interessado em pensar processos formativos a partir da realidade escolar e da Geografia como disciplina escolar, como componente curricular, além de fomentar a formação continuada de professores/as que atuam no ensino básico.

Ao longo de nosso estudo, fizemos referência a estudos pautados no levantamento de trabalhos acadêmicos, sobretudo dissertações e teses sobre o ensino de Geografia, produzidas nos programas de pós-graduação em Geografia, e seguimos o passo metodológico apresentado por Cirqueira e Corrêa (2014) em pesquisa acerca da produção do conhecimento sobre a questão racial e a população negra na Geografia Brasileira, buscando informações nos sítios das universidades com programas de mestrado e doutorado em Geografia, menções à temática racial, de gênero e sexualidade nos resumos dos trabalhos e nas áreas de atuação de docentes efetivos.

Revista da Anpege | v. 19 nº. 38 (2023) | e-issn: 1679-768x

Figura 1 – Programas de Pós-Graduação em Geografia com mestrado e doutorado – até 2017



Fonte: Adaptado de dados da CAPES (2013-2016) por LabGEo/UFT.

Temos aqui a efetivação de dois cenários que se referem à tendência temática das pesquisas na área do ensino em Geografia e a tendência temática das pesquisas sobre questão étnico-racial na Geografia, apresentados por Cavalcanti (2016), Pinheiro (2005) e Cirqueira e Corrêa (2014). A apresentação das constatações dessas pesquisas nos

revela uma ausência da temática racial, de gênero e sexualidade no ensino de Geografia, bem como uma ausência de pesquisas em questão étnico-racial que partam do ensino de Geografia e da formação de professores/as.

As categorias identificadas como aquelas de maior representação dos temas de estudos das linhas de pesquisa em ensino de Geografia foram "1 – Formação de conceitos; 2 – Ensino em contextos diferenciados; 3 – História da Geografia Escolar; 4 – Metodologias; 5 – Diferentes linguagens; 6 – Formação, saberes e práticas docentes; 7 – Currículos e políticas públicas; 8 – Livros didáticos" (Cavalcanti, 2016). Já Pinheiro (2005) havia identificado dez focos temáticos por ordem de maior quantidade, sendo "1 – prática docente e educativa; 2 – representações espaciais; 3 – educação ambiental; 4 – Formação de professores; 5 – características dos alunos; 6 – livro didático; 7 – currículos e programas; 8 – formação de conceitos; 9 – conteúdo-método; 10 – história da Geografia". O item 2 do levantamento de Cavalcanti (2016), denominado "Ensino em contextos diferenciados", representa a possibilidade mais concreta de investigação de temas voltados para a problematização das diferenças, embora isso seja feito de forma bastante genérica, em que a aprendizagem de alunos/as com deficiências, educação do campo, educação quilombola, educação indígena se aglutina num mesmo propósito. Há, de forma explícita, uma necessidade de compreensão sobre as especificidades dos sujeitos, proposições de práticas que contemplem elementos que fazem parte da identidade das pessoas e dos grupos sociais e que sejam tratadas de maneira comprometida com intervenções pedagógicas que surtem efeitos positivos na análise da realidade de jovens escolares.

Essa ausência ou generalização dos temas ligados às diferenças nos remete ao pouco contato que a pesquisa em ensino de Geografia e a prática de professores/as de Geografia na escola têm com assuntos considerados tabus ou pouco relevantes para a comunidade escolar. Como dissemos, a chamada diversidade ou a diferença étnico-racial é uma questão que ainda é pouco discutida ou apresentada junto aos conteúdos disciplinares em sala de aula (Souza, 2016). Soma-se a esse debate qualquer discussão sobre relações de gênero e sexualidades no campo das relações sociais de poder em que mulheres, LGBTQIA+ negros/as e brancos/as vivenciam cotidianamente em nosso País. Análises geográficas que problematizam as relações de gênero, as questões raciais, étnicas e as sexualidades são marginalizadas no campo científico geográfico, sobretudo porque sabemos da "tradição" masculinizante das temáticas tidas como geográficas e o legado moderno-colonial no pensamento geográfico, delegando aos grupos sociais subalternizados o lugar social de objetos de pesquisa que não pensam suas trajetórias.

Como afirmam Macedo e Barbosa (2019), a implementação de uma educação antirracista, preocupada com a equidade de gênero ou com o debate sobre sexualidade para a sala de aula, tem sido apontada como doutrinamento ou subversividade, enquanto o que se apresenta ainda como realidade seja um currículo excludente, "imparcial" e "neutro". Educadores/as e pesquisadores/as que versam sobre práticas pedagógicas que respeitem políticas educacionais para a diversidade se tornam alvo de retaliações e contestações por parte de grupos ultraconservadores. Defendemos que as práticas cidadãs

que envolvem o contexto escolar são importantes para a construção de um pensamento geográfico que valorize as relações entre o cotidiano dos/as jovens escolares e os conteúdos geográficos. São as práticas pedagógicas dos professores e das professoras capazes de apresentar um sentido mais restrito sobre a prática da cidadania, no que tange à justiça social e atuação no contexto de uma realidade próxima aos/às sujeitos/as envolvidos/as. Se existe uma preocupação com a construção de uma cidadania a partir de bases conceituais da Geografia, a diversidade por meio do tratamento das diferenças deve ser um elemento de preocupação e discussão de pesquisadores/as do ensino e da formação de professores e professoras de Geografia. No entanto, nos deparamos com a não efetivação desse debate no âmbito das pesquisas e produções sobre o ensino de Geografia e a formação de professores/as, condicionando-nos a reflexões a partir de outras áreas do conhecimento, sobretudo da Pedagogia.

Ao buscarmos dados sobre pesquisas que procuraram desenvolver uma leitura das temáticas raciais, de gênero e/ou de sexualidades no ensino de Geografia e/ou na formação de professores/as de Geografia, verificamos que dos 38 trabalhos encontrados, a maioria versa sobre a questão indígena, representando o total de doze trabalhos, apontando a realidade da educação escolar em comunidades indígenas, o ensino de Geografia nas escolas das comunidades e uma perspectiva intercultural para a compreensão da relação entre indígena e não indígena em, praticamente, todas as regiões brasileiras, conforme observamos na Figura 2. Somente um trabalho se ateve à discussão sobre o ensino de Geografia numa comunidade quilombola, o que nos leva a pensar sobre a invisibilidade da questão racial no cruzamento com a questão étnica, bem como no fortalecimento da pesquisa em universidades localizadas próximas de realidades indígenas, que procuram articular saberes e diálogos com professores/as indígenas. As universidades a que esses trabalhos pertencem encontram-se distribuídas na Figura 3.

O segundo grupo mais significativo de pesquisas corresponde àquelas relacionadas à questão racial e ao ensino de Geografia, apresentando uma conexão com análise de livros didáticos, uso de diferentes linguagens para o tratamento da questão étnico-racial, a implementação da Lei 10.639/03 no ensino de Geografia, branquitude e relações de poder no currículo praticado. Esse aumento deve-se à maior inserção das produções da Pedagogia, Ciências Sociais e Antropologia sobre o ensino das relações étnico-raciais e à efetivação do ensino de História da África e cultura afro-brasileira, que tem levantado discussões acerca da participação da Geografia na pauta antirracista e na construção de práticas pedagógicas que discutam o tema.

Sabemos que a sanção das leis 10.639/03 e 11.645/08 efetivou um mecanismo importante no combate à discriminação étnica e racial, reconhecendo a escola como um espaço capaz de fomentar práticas cidadãs de promoção e valorização das matrizes raciais negras e indígenas. Foram elaboradas em 2004 as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana – DCNERER (Brasil, 2004), com o objetivo de auxiliar as instituições de ensino e professores/as no tratamento adequado sobre as relações

étnico-raciais para o fortalecimento da identidade, dos direitos da população negra e no combate ao racismo e à discriminação racial.

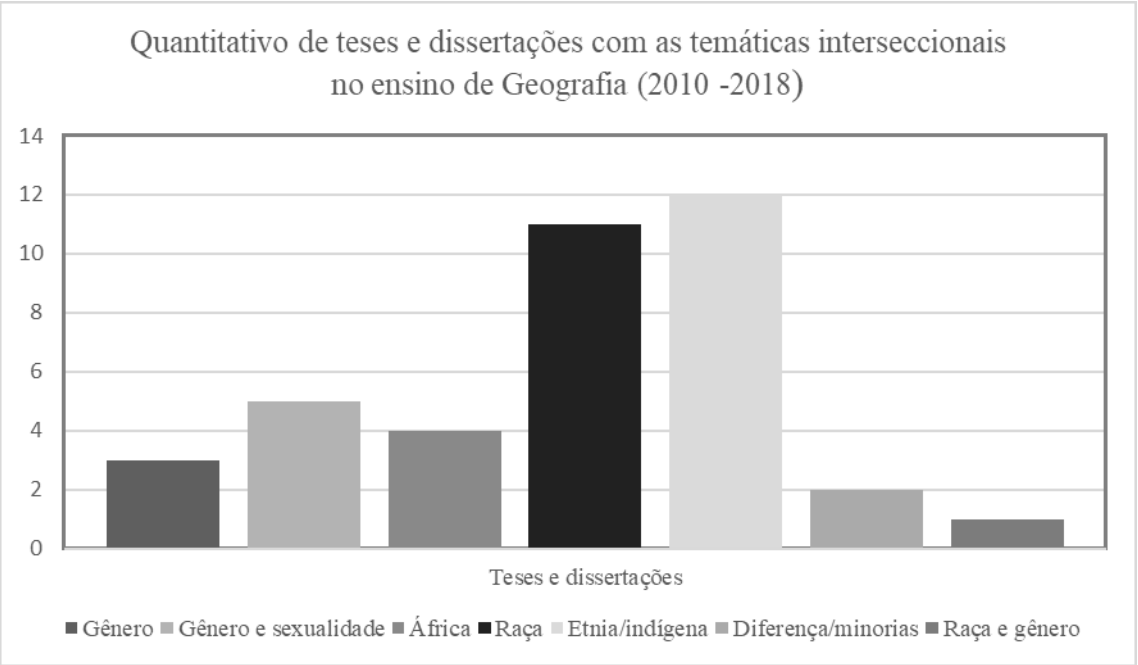
Souza e Machado (2021) lembram que a discussão que a Geografia pode promover sobre as relações étnico-raciais na escola pode ser uma importante etapa para o ensino de cidadania, da compreensão do espaço e do lugar. Consideramos professores/as de Geografia como mediadores do processo didático-pedagógico da formação de conceitos pelos/as jovens escolares, e ao trazer essa discussão como tema presente em conteúdos geográficos nos referimos ao desafio de apresentar um elemento interseccional – no caso, a raça – como princípio para a compreensão das desigualdades sociais, da falta de direitos sociais e políticos de uma parcela da população, da segregação socioespacial, da situação de refúgio e migração, da violência doméstica e policial, entre outros aspectos. Se a população negra representa quase metade da população brasileira, é urgente o tratamento equânime nos conteúdos, na contextualização histórica da formação social brasileira para além do estereótipo do/a negro/a escravizado.

O terceiro grupo de pesquisas apresentadas em nosso levantamento refere-se à temática de gênero e sexualidade e sua interface com o ensino de Geografia, perfazendo um total de cinco trabalhos. Os temas apresentados nessas pesquisas referem-se à homossexualidade no espaço escolar, histórias de vida de professores homossexuais e a relação deles com o trabalho docente e concepções de gênero e sexualidades nas aulas de Geografia. As pesquisas que discutem gênero e ensino de Geografia correspondem a três, sendo a construção de feminilidades na escola, as vivências espaciais de alunas e implicações do gênero no exercício da docência.

O quarto grupo refere-se a pesquisas que trazem o continente africano como importante conteúdo a ser trabalhado no ensino de Geografia. Embora alguns apresentem a importância do debate sobre as relações raciais brasileiras nas aulas de Geografia, em alguns trabalhos não há uma conexão entre África e o debate racial brasileiro. Prevalecem as investigações sobre as representações sociais sobre o continente africano, o uso de fotografias para abordar temas vinculados ao continente africano e a abordagem sobre o continente nos livros didáticos de Geografia.

Dois dos trabalhos classificamos como atinentes ao debate da diferença, mas de forma genérica, semelhante ao grupo de pesquisas identificadas como “Ensino em contextos diferenciados”, com ênfase ao ensino de Geografia com minorias ou os “diferentes” na sala de aula, como portadores de necessidades especiais, indígenas, quilombolas, EJA etc. Apenas um trabalho pesquisou as relações de gênero e raça na construção da identidade docente, problematizando trajetórias marcadas pelo cruzamento de opressões do racismo e do machismo. A perspectiva interseccional é o caminho que defendemos na construção de um ensino de Geografia comprometido com causas sociais, com um projeto de justiça social a todas e todos. Somente em dois grupos de trabalhos presenciamos uma análise interseccional, embora limitada, aderindo a duas categorias identitárias.

Figura 2 – Quantitativo de pesquisas com temáticas interseccionais no ensino de Geografia (2010-2018)



Fonte: levantamento feito por SOUZA, L.F (2018-2019) adaptado por SOUZA, Clara L. F. de.

Figura 3 – Temáticas interseccionais na linha de pesquisa em ensino de Geografia nas universidades brasileiras

	Gênero	Gênero e Sexualidade	África	Raça	Etnia/ indígena	Diferença/ minorias	Raça e Gênero
Universidade Federal de Rondônia – UNIR		x			x		
Universidade Federal da Paraíba – UFPB					x		
Universidade de Brasília – UnB					x		
Universidade Federal de Goiás – UFG		x					
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD					x		
Universidade Federal de Uberlândia – UFU				x			

	Gênero	Gênero e Sexua-lidade	África	Raça	Etnia/ indígena	Diferença/ minorias	Raça e Gênero
Universidade de São Paulo – USP	x		x		x		
Universidade Federal Fluminense – UFF				x			
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ				x			
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ				x			x
Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG	x	x					
Universidade Federal do Paraná – UFPR				x	x		
Universidade Estadual de Londrina – UEL				x			
Universidade Estadual de Maringá – UEM				x			
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC						x	
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS			x	x	x	x	
Universidade Federal de Santa Maria – UFSM		x					

Fonte: Levantamento feito pela autora, 2022.

A representação desse levantamento nas figuras 2 e 3 nos chama a atenção para a urgência das temáticas interseccionais necessárias na escola e já presentes no cotidiano

de alunos/as e professores/as, a partir de um olhar geográfico, de uma análise que pense a espacialidade dos grupos lidos a partir dos marcadores da diferença que carregam em sua corporeidade. Mesmo que já seja possível observar a maneira como as temáticas de gênero, raça e sexualidade permeiam pesquisas no campo acadêmico e em livros didáticos atuais, ainda há o silenciamento no debate sobre a formação de professores e professoras de Geografia e no próprio ensino de Geografia. Quando se apresenta, se limita à apresentação de metodologias de ensino sobre as temáticas e a importância dos temas transversais, no entanto, defendemos que a inserção da temática racial, de gênero, étnica e de sexualidades precisa estar conectada com o fazer geográfico, com a construção de um pensamento geográfico que considere as diferenças como elementos constituintes do espaço em que indivíduos e coletividades são afetados direta e indiretamente por seus pertencimentos identitários, sua condição social e cultural. Como apresenta o Manifesto por uma Geografia Negra, exibido no XIII Encontro Nacional da ANPEGE,

> (...)as questões para uma geo-grafia negra podem ser observadas e acionadas no espaço urbano (na segregação, nos territórios e lugares, na espacialidade dos movimentos sociais; no rural (na terra, nos quilombos); nos estudos de população (nos percentuais populacionais, nos projetos de genocídio negro), no ensino, na educação e na escola (como conteúdo – a temática étnico-racial e africana, como metodologia – as pedagogias negras e africanas, como corpos – docente, discente e técnico e na relação escola – bairro ou comunidade); no ambiente (nas situações de vulnerabilização das terras indígenas e quilombolas, dos riscos socioespaciais e socioambientais e de racismo ambiental); nas trajetórias e corporeidades de sujeitos individuais e coletivos em suas diferentes espacialidades e territorialidades. (2019, p. 2).

Portanto, há inúmeros caminhos teórico-metodológicos para inserção da temática no campo do ensino e da formação inicial e continuada de professores/as, desde que as linhas de pesquisa em ensino de Geografia reconheçam a importância da categoria raça na produção do espaço geográfico e da pauta antirracista na escola e nas universidades. Para além da organização de metodologias de ensino sobre África e temáticas transversais, precisamos enfatizar a responsabilidade de cursos de licenciatura em Geografia no debate sobre políticas públicas no campo da educação, no fortalecimento dos movimentos sociais nas universidades e na demanda por pautas sociais conectadas com o cotidiano de alunos/as e professores/as nos currículos de graduação, pós-graduação e do ensino básico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O quantitativo de pesquisas no campo do ensino de Geografia referente ao tratamento da temática racial e de outros elementos interseccionais não se apresenta em destaque, mesmo que tenha havido um aumento do número de linhas de pesquisa voltadas para o ensino e a formação de professores/as de Geografia nos cursos de pós-graduação no Brasil. Já nos deparamos com a dificuldade dessa linha em se consolidar como importante eixo investigativo na ciência geográfica brasileira, além disso, deparamos com outra barreira ao percebermos a ausência do debate racial, de gênero e/ou

Revista da Anpege | v. 19 nº. 38 (2023) | e-issn: 1679-768x

sexualidade no campo da pesquisa em ensino de Geografia ou Educação Geográfica, embora seja um assunto que está na "ordem do dia" da realidade escolar. Como nos lembra Cavalcanti (2016), há situações e problemas de pesquisa presentes na escola que ainda não adentraram as investigações no mundo acadêmico. Por certo, a leitura interseccionada da realidade em sua dimensão espacial pode ser compreendida como um desses temas que afetam diariamente a relação entre professores/as e alunos/as e entre alunos/as e alunos/as.

As relações raciais estão presentes na dinâmica social e tem sido problematizada no campo da Pedagogia e dos estudos em Educação há, aproximadamente, quarenta anos, ressignificando currículos e as práticas pedagógicas nas instituições de ensino, em diálogo constante com os movimentos sociais negros e outras instituições de cunho antirracista. Nosso maior desafio, na condição de pesquisadora da área de Didática e Práticas de Ensino, é inserir a leitura interseccionada da realidade como ponto de problematização e investigação em bases teórico-metodológicas que dialogam com a vasta produção sobre o ensino de Geografia e a formação de professores/as. A questão racial não está desconectada das variáveis de gênero, sexualidade, classe, geração e etnia na constituição dos sujeitos e esse olhar ainda se apresenta inexistente nesse campo do conhecimento.

O desenvolvimento deste artigo nos suscita à abertura de caminhos e superação de lacunas epistêmicas estabelecidas historicamente no pensamento geográfico. A Geografia escolar, ao longo da história, priorizou temas relevantes para a Geografia acadêmica, reproduzindo uma visão moderno-colonial ou tradicional de pensar geograficamente. No entanto, no momento atual, acreditamos que professores/as de Geografia têm a importante tarefa de problematizar a realidade, considerando as identidades dos sujeitos que compõem a sociedade, fomentando a construção de um pensamento geográfico crítico e atento a práticas cidadãs de equidade e de direitos.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Curricular Comum para o Ensino Médio**. Brasília, 2017.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: SECAD/ ME, junho, 2004.

CAVALCANTI, Lana de S. Para onde estão indo as investigações sobre ensino de Geografia no Brasil? Um olhar sobre elementos da pesquisa e do lugar que ela ocupa nesse campo. **Boletim Goiano de Geografia** (Online). Goiânia, v. 36, n. 3, p. 399-419, set./dez. 2016.

_____. A Geografia e a realidade escolar contemporânea: avanços, caminhos, alternativas. In: **Anais do I Seminário Nacional**: currículo em movimento – perspectivas atuais, Belo Horizonte, novembro de 2010.

_____. **Pensar pela Geografia**: ensino e relevância social. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2019.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal; CORRÊA, Gabriel Siqueira. Questão étnico-racial na geografia brasileira:

Um debate introdutório sobre a produção acadêmica nas pós-graduações. **Revista da Anpege**, p. 29-58, v.10, n.13, jan./jun. 2014.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 1, n. 1, 2002.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial, **Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, e 010 2, jan./abr. 2020.

FIGUEIREDO, Otto Vinicius Agra. **Política educacional e a questão racial brasileira**. Disponivel em: http://www.forumdasads.com.br/. Acesso em: jun. 2010.

GOMES, Nilma L. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LENCIONI, Sandra. Linhas de Pesquisa da Pós-Graduação em Geografia. Mudanças, Esquecimentos e Emergência de (novos) Temas, **Revista da ANPEGE**, v. 9, n. 11, p. 5-19, jan./jul. 2013.

MACEDO, Aldenora C. de; BARBOSA, Jaqueline A. A Pedagogia engajada como prática de resistência: pensando a práxis educativa progressista em bell hooks e Paulo Freire. In: Melo, Paula Balduino de [*et al.*] (org.). **Descolonizar o feminismo** [recurso eletrônico]: VII Sernegra – Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência Tecnologia de Brasília, 2019, p. 94-109.

PEREIRA, Julio E. D. **Formação de professores**: pesquisas, representações e poder. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PINHEIRO, Antonio Carlos. **O ensino de Geografia no Brasil**: catálogo de dissertações e teses. Goiânia: ed. Vieira, 2005.

POR UMA GEO-GRAFIA NEGRA. **Manifesto apresentado no XIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia** (ANPEGE) em setembro de 2019.

RATTS, Alex. Encruzilhadas por todo percurso: individualidade e coletividade no movimento negro de base acadêmica. In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da. (org.). **Movimento Negro Brasileiro**: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte-MG: Nandyala Livros e Serviços Ltda, 2009, v. 1, p. 81-108. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-. content/uploads/2016/01/Encruzilhadas_por_todo_percurso_individu.pdf. Acesso em: fev. 2022.

SILVA, Cíntia Cristina L. da; SOUZA, Lorena F. de. Geografia e racialidades: as mulheres que produzem o campo científico. In: **Anais do XIV Encontro Nacional da ANPEGE**, formato online, 2021.

SOUZA, Lorena F de; MACHADO, Luiza Helena B. O ensino das relações étnico-raciais a partir de conteúdos geográficos na educação básica, **Signos Geográficos**, Goiânia, v. 3, 2021.

_____; GUIMARÃES, Geny F.; CIRQUEIRA, Diogo M. Introdução do caderno temático "Geografias Negras". **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 12, n. Ed. Especial, p. 3-11, abr. 2020. ISSN 2177-2770. Disponível em: https://www.abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/851. Acesso em: 27 fev. 2022.

_____; CIRQUEIRA, Diogo M.; SOUSA, Patricio P.A.; RATTS, Alex. Uma geografia das corporeidades e das diferenças. In: MATOS, Patrícia F. de.; COSTA, Carmem L. da. (org.). **Uma Geografia do século XXI**: temas e tensões. Curitiba: CRV, 2020, p. 41-62.

_____. As relações Étnico-raciais na Geografia Escolar: Desafios Metodológicos e Pedagógicos. **Revista Produção Acadêmica** – Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários, vol. 2, n. 2, p. 4-19, dez./2016.

_____. **Corpos negros femininos em movimento**: trajetórias socioespaciais de professoras negras em escolas públicas. Dissertação mestrado (Instituto de Estudos Sócio-Ambientais). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

_____. **Migração para qualificação da força de trabalho e a questão racial**: Estudantes africanos/as lusófonos/as negros/as em universidades goianas. Tese Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SOUZA, Vanilton C. de; CAVALCANTI, Lana de S. A formação do professor de geografia para atuar na educação cidadã. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales**, n. 494(08), 2014.

SOBRE A AUTORA

LORENA FRANCISCO DE SOUZA – Pós doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), mestra em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Docente da Universidade Federal de Goiás (UFG). Membra da Rede de Estudos de Geografia, Gênero e Sexualidade Ibero Latino-Americana (REGGSILA). Membra do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Geográfica (NEPEG/UFG). Pesquisadora colaboradora do Laboratório de Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Espacialidades (LaGENTE/UFG). Tem experiência na área de Geografia Humana, com ênfase em ensino de Geografia e interseccionalidades, relacionando gênero, relações raciais, formação de professores/as e ensino de Geografia.

E-mail: lorena.souza@ufg.br